



O papel da educação no combate às desigualdades raciais

The role of education in mitigating racial inequalities

El papel de la educación en la lucha contra las desigualdades raciales

Kabengele Munangaⁱ

Doutor em Ciência Social (Antropologia Social) | Universidade de São Paulo | São Paulo | SP | Brasil 

Resumo:

O presente ensaio constitui-se no texto da conferência de abertura do XI Simpósio Nacional de Pesquisadores da Educação, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Minas, no dia 22 de junho de 2026.

Palavras-chave: Racismo. Educação. Desigualdades Raciais. Diversidade.

Abstract:

This essay is the text of the opening keynote at the 11th National Symposium of Educational Researchers, hosted by the PUC Minas Graduate Program in Education on June 22, 2026.

Keywords: Racism. Education. Racial Inequalities. Diversity.

Resumen:

El presente ensayo constituye el texto de la conferencia de apertura del XI Simposio Nacional de Investigadores de la Educación, promovido por el Programa de Posgrado en Educación de la PUC Minas el 22 de junio de 2026.

Palabras claves: Racismo. Educación. Desigualdades Raciales. Diversidad.

Na história da diáspora negra nas Américas, é interessante observar que o Brasil sempre foi o último país a entrar em cena. Foi o último a abandonar o tráfico e a abolir a escravidão quarenta anos depois da França e 24 anos depois dos Estados Unidos. Sobre as políticas de ações afirmativas na modalidade de cotas ou reservas de vagas, cuja primeira experiência começa na Índia em 1950 e nos Estados Unidos, sob o governo de John Kennedy no meado de 1960, observa-se também que o Brasil vai começar a discutir essas políticas somente no fim do século XX, ou seja, cerca de 40 anos depois dos Estados Unidos.

Quando termina o regime do *Apartheid*, em 1990-1994, com a saída de Nelson Mandela da

prisão e sua eleição à presidência da República Sul Africana, o debate nacional sobre políticas afirmativas não tinha ainda uma repercussão nacional, a qual se inicia somente depois da Conferência de Durban, África do Sul, de agosto/setembro de 2001. Diz-se também que o Brasil oficial foi o último dos países da América, dita “latina”, a criar universidades públicas. Quando essas foram criadas, pobres, em geral, e negros, em particular, não tinham acesso a elas.

Quando o negro americano George Floyd foi morto por estrangulamento, por um policial nos Estados Unidos, em 25 de maio de 2020, as manifestações de protesto contra sua morte invadiram as ruas de cerca de 300 cidades americanas. Atravessaram as fronteiras estadunidenses para se repercutir nas grandes metrópoles europeias como Londres, Paris, Amsterdam, Berlim e em alguns países asiáticos como Japão e Coreia do Sul. Nessas manifestações, viu-se, pela primeira vez, mais brancos que negros em algumas cidades gritando: “*Chega de violência policial contra os negros, o racismo e o fascismo!*”. Essas manifestações invadiram algumas cidades brasileiras em 31 de maio de 2020, com uma participação massiva de brancos. Melhor tarde que nunca, mas é interessante observar que o Brasil foi o último país a ir para as ruas. Onde estaria a explicação do fato do Brasil entrar sempre o último em Cena? Eu acredito que esses atrasos tenham a ver com a inércia do mito de democracia racial brasileira e a falta da vontade política radical dos dirigentes brasileiros.

Como o Brasil oficial poderia discutir o combate de um fenômeno que de acordo com o mito não existia? Quando os americanos começaram a discutir as políticas afirmativas na década de 1960, os intelectuais e estudiosos brasileiros começavam apenas a partir de um projeto da UNESCO a discutir a existência do racismo em seu país onde não haviam leis racistas institucionalizadas como no sistema Jim Crow, no Sul dos Estados Unidos; no regime do *Apartheid* e no regime nazista, onde o racismo fazia parte do aparelho do Estado de maneira explícita. Mas, se os estudos desenvolvidos nas universidades e centros de pesquisa no Brasil estavam mais preocupados a denunciar, a demonstrar a existência do racismo no Brasil e a descrever e analisar suas expressões que eram diferentes dos Estados Unidos e do regime do *Apartheid*, alguns ativistas negros, mesmo sem usar a palavra cotas e ações afirmativas, já estavam em busca de políticas de inclusão e de combate ao racismo. A Frente Negra, na década de 1930, já pensava que a educação seria uma saída, pois acreditava que os negros bem educados no modelo de educação branca, e que teriam bem assimilado essa educação, não seriam mais objetos de discriminação racial por parte dos brancos. Tomaram até a iniciativa de criar suas escolas para alfabetizar negros visando facilitar sua inclusão no mercado de trabalho dominado pelos brancos. Essa iniciativa fracassou, pois os negros alfabetizados, que fizeram todos os esforços para assimilar a cultura do branco, não deixaram de

serem inferiorizados.

Todas essas desigualdades têm uma explicação histórica: o racismo que, durante muitos anos, foi negado pelo mito de democracia racial brasileira – o que teria atrasado a implementação das leis, a inclusão na educação e as políticas públicas de inclusão.

O racismo constitui um dos graves problemas que atormentam nossa sociedade e acreditamos que a educação pode contribuir em seu combate. A questão que se colocar é saber como e que tipo de educação?

Os seres humanos, como os outros animais que vivem em nossa galáxia, ou seja, no planeta Terra, têm seus comportamentos guiados pelo instinto, um princípio natural hereditário que comanda as reações primárias para sua sobrevivência em relação ao meio ambiente e aos outros seres vivos (plantas, animais). Mas, além do instinto, os seres humanos têm algo mais muito importante: a razão. Graças à razão, eles criaram, em todas as sociedades de todos os tempos, regras de conduta que os diferenciam dos demais animais e que lhes permitem viver juntos. Graças à razão, eles inventaram sociedades que evoluíram em história e criaram culturas. Isto é, um conjunto complexo que compreende instituições, leis, artes, religiões, ciências e tecnologias, costumes e tradições, transmitidas de gerações em gerações, através da educação, que é também um componente da cultura. Assim, cada geração, mesmo evoluindo, não precisa reinventar tudo para sua sobrevivência.

Apesar de as culturas terem evoluído no tempo e espaço, de acordo com a história, as condições e as necessidades de cada sociedade, nota-se a existência em muitas sociedades da ausência das liberdades e da igualdade de tratamento ou de direitos perante as leis entre os cidadãos. Sistemas monárquicos – onde os reis e príncipes tiveram direitos quase divinos sobre a vida e a morte de seus súditos – se desenvolveram em muitos cantos do universo. Exemplos das sociedades aristocráticas, onde a nobreza e o clero possuíam direitos e privilégios que os cidadãos comuns não tinham, pululam na história da humanidade.

Na atual conjuntura política, a palavra democracia é pronunciada dezenas de vezes por dia nas mídias, redes sociais, conversas cotidianas entre cidadãos, nos debates acadêmicos e intelectuais, entre outros. Mas, para a maioria dos países que nasceram das heranças coloniais, como o Brasil e todos os países da América dita latina e da África Subsaariana, a palavra democracia só poderia ter sentido, depois das independências políticas, com o nascimento de regimes republicanos. No entanto, os golpes militares e as guerras civis, que se sucederam em alguns desses países, devem ter atrapalhado e atrasado o processo de construção dos regimes democráticos. Contudo, a partir da Nova Constituição de 1988, o processo de construção

democrática no Brasil recebeu um novo folego, com as eleições diretas, que garantiriam a participação de todas as classes e segmentos sociais: brancos, negros, indígenas, homens e mulheres sem discriminação. Mesmo assim, ainda fica colocada a questão de saber como fazer para construir um modelo de democracia que beneficia nossa diversidade e nossas diferenças? Não bastam a retórica e os discursos de confissão do nosso “racismo à brasileira” que, embora necessários para conscientizar e politizar, não são suficientes. É preciso passar da retórica e dos discursos à ação transformadora, cujos caminhos são conhecidos: as leis que funcionam, a educação e as políticas públicas todas articuladas em torno de um projeto político de mudanças e transformações profundas da sociedade. Perante a lei, somos iguais e qualquer prática de discriminação racial flagrante é um crime indescritível, inafiançável e sujeito à reclusão. Essa lei está inscrita na nova Constituição Brasileira de 1988, considerada como a mais democrática comparativamente às anteriores. No entanto, ela é como uma letra morta que precisa ser reanimada para funcionar verdadeiramente.

A educação é um dos caminhos mais clássicos para lutar contra todos os tipos de preconceitos, porque é através da educação que se formam indivíduos preconceituosos, racistas, sexistas, machistas, homofóbicos e misóginos. Só a educação pode desconstruir e reconstruir os monstros criados através dela. Mas a questão é saber: que tipo de educação construir? Certamente, uma educação não baseada no único modelo eurocêntrico, que domina a educação tradicional da(o)s jovens brasileira(o)s, mas sim uma educação antirracista e multicultural que integra todas as raízes formadoras da sociedade brasileira; uma educação que integra as histórias e as culturas dos ancestrais dos povos originários, africanos, europeus e asiáticos que aqui se encontraram em condições históricas diferentes e construíram o Brasil atual. No entanto, penso que devemos, antes de trabalhar as propostas de uma educação antirracista, saber primeiramente o que é o racismo, suas características e suas manifestações na sociedade brasileira, que é historicamente diferente dos Estados Unidos durante o sistema Jim Crow, praticado no Sul daquele país, e do racismo praticado no regime do *Apartheid* na África do Sul, para não cair nas generalizações abstratas que não condizem com as peculiaridades do nosso racismo.

Às vezes, no Brasil, as pessoas negras, ou seja, pretas e pardas, podem sofrer discriminação racial sem perceber; as pessoas brancas podem discriminar pessoas negras sem ter consciência de ter praticado uma discriminação racial e, quando as vítimas reagem, elas dizem que são complexadas ou fazem discursos de vitimização, pois o problema está em suas cabeças. Por isso, costumo dizer que o racismo brasileiro é um crime perfeito, pois como um carrasco, ele mata

sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio (Elie Wisel)¹. Mata ao mesmo tempo a consciência das vítimas e das pessoas discriminadoras. As leis resolvem a questão? Não, porque as leis não atingem o terreno dos preconceitos, que são atitudes preconcebidas introjetadas pela educação, que podem ser ou não verbalizadas. As leis só lidam com os comportamentos discriminatórios que são observáveis e mensuráveis, portanto, podem ser reprimidos. Como disse Nelson Mandela, nenhuma criança no mundo nasceu odiando outra criança por causa das diferenças somáticas ou da cor da pele. O faz porque recebeu uma educação preconceituosa que não valoriza a diversidade que constitui a riqueza coletiva da humanidade. Só a própria educação tem este poder. Mas que tipo de educação, pois há tantas famílias quanto modelos de educação e tantas escolas quanto modelos de educação. Daí a dificuldade que os educadores/educadoras têm para saber por onde começar, pois eles/elas não têm receitas prontas para aplicar.

De fato, a educação começa no lar antes de ser assumida pela escola. Neste sentido, uma criança que chega à escola não é mais um terreno virgem, porque os pais já começaram a plantar nela, antes da escola formal. Mas será que nessa educação, que começa na família, todos os pais plantaram a semente da diversidade e das diferenças que seus filhos encontrarão nas sociedades em que vão viver e se desenvolver? “Pelos depoimentos que a mim chegaram muitos pais não falam do racismo com seus filhos em família”, o que é confirmado por Eliane Cavalleiro (2012), em seu livro “Do silêncio do lar ao silêncio escolar”. Quando a criança sai de sua família, para iniciar sua formação escolar primária, onde se forma a cidadania, ela encontra ora o silêncio, por parte das professoras e dos professores, ou quando termina sua alfabetização e começa a ler, ela se depara com livros de conteúdo preconceituoso e racista, que ela ainda não tem consciência crítica para rejeitar, mas que geralmente acaba por introjetar como natural: sua inferioridade ou superioridade em relação a seu colega ou sua colega de cor da pele diferente. Assim, começa o longo processo de alienação de uns, os negros, e de hierarquização em superior e inferior de acordo com a cor da pele. As crianças, ou melhor, jovens negros que ingressavam na escola, não viam seus rostos no espelho da escola, pois a história de seus antepassados não era contada ou ensinada, ou quando era contada, foi do ponto de vista eurocêntrico, preconceituoso e racista, que acabava por baixar sua autoestima, enquanto a autoestima de colegas brancos era positivamente superdilatada. Psicologicamente, isso acaba interferindo negativa e positivamente na aprendizagem de ambos. São numerosos os casos em que as crianças negras se recusam de ir para a escola, mas, nem sempre explicam o porquê para os seus pais.

Foi com consciência, ora nesse silêncio escolar, ora no conteúdo racista e preconceituoso de

¹ Refiro-me a Elie Wiesel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em 1986.

muitos livros didáticos, que o Movimento Negro conseguiu em sua luta, que vêm das gerações anteriores, a levar à promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura africanas, da diáspora e dos povos originários no ensino fundamental, fazendo com que a Escola, como Instituição, possa assumir o que deixou de fazer por causa do “nosso” mito de democracia racial brasileira.

Essas duas leis constituem uma espécie de guarda-chuva, em baixo do qual muitos educadores e muitas educadoras de várias escolas públicas e privadas começaram a se debruçar para construir uma nova educação cidadã que pensamos ser antirracista. É um caminho cheio de pedras e de espinhos, acredito eu, que devemos aprofundar com base nas pesquisas críticas e levantamentos que permitem corrigir os rumos e reformular novas estratégias.

O que está em jogo é a defesa e a construção de uma educação que dá valor à diversidade (histórica e cultural) e ao conhecimento do outro visando todas as formas de comunicação intercultural. Está também em jogo a vontade de corrigir as desigualdades de situações e de chances entre brancos e não brancos. Enquanto o modelo clássico da educação partia de uma concepção geral abstrata da igualdade, próxima da ideia da cidadania e, a partir dessa, construía uma hierarquia social fundamentada no mérito, o novo modelo de educação que defendemos parte da observação das desigualdades de fato e as procura corrigir ativamente através de políticas afirmativas, dentro de uma visão realista e não idealizada.

Afinal, quem são os brasileiros? Não são somente descendentes de gregos e romanos, anglo-saxônicos e latinos, através da ancestralidade europeia, mas são também descendentes de africanos, de povos originários, de orientais, árabes, judeus e ciganos.

Uma educação antirracista, baseada nos preliminares que tentei descrever, eliminaria totalmente o racismo em nossas sociedades humanas? Uma questão muito importante.

O racismo é um fenômeno complexo, cujo espaço geográfico compreende quase todos os continentes. Salvo a Antártida, creio que os demais cinco continentes (África, Ásia, América, Europa e Oceania) foram, de uma maneira ou de outra, atingidos por esse fenômeno. Alguns trabalhos tentaram buscar seus vestígios nos tempos remotos da história da humanidade, partindo da antiguidade clássica, passando pela idade média, tempos moderno e contemporâneo. Suas leituras e interpretações envolvem diversas disciplinas científicas, entre as quais a biologia humana, antropologia, sociologia, ciência política, filosofia, Psicologia, história, entre outras. Daí, a dificuldade que se tem diante dessa diversidade de pensamentos e reflexões, de combatê-lo através de uma única receita. A matéria prima de todos os tipos de preconceitos, discriminações e práticas racistas está nas diferenças que constituem a diversidade entre sociedades humanas, que deveria ser

considerada como nossa riqueza coletiva, mas que foi, infelizmente, degradada em superioridade e inferioridade que engendram as desigualdades que vivemos entre os diferentes. No entanto, a diversidade se encontra também na natureza entre plantas, animais e minerais que, como a diversidade humana, já foram objetos de classificações científicas na Botânica, na Zoologia e na Geologia, entre outros. Portanto, não foram classificados em superiores e inferiores como o fizeram com a diversidade humana.

A palavra ou conceito de racismo aparece na literatura científica somente por volta de 1920. Mas, quem cunhou essa palavra derivada da raça, colocando-a no reino dos *ismos* e, portanto, das ideologias, não eram as pessoas ou indivíduos racistas, mas sim o(a)s estudioso(a)s crítico(a)s que se deram conta de que aquele discurso com roupagem científica era um racismo científico que alguns chamam de racialismo, ou seja, um discurso doutrinário com nome de ciência, que na realidade não era, daí a denominação de pseudociência. Devemos insistir sobre o fato de que o racismo nasce quando se faz intervir caracteres biológicos como justificativas de tal ou tal comportamento. É justamente o estabelecimento da relação intrínseca entre os caracteres biológicos e as qualidades morais, psicológicas, intelectuais, culturais e estéticas que desembocou na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores.

A raça, no imaginário de uma pessoa racista, não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos, mas sim um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considere como naturalmente inferiores aos do grupo ao qual ele pertence. Em outros termos, para o racista, o comportamento de uma pessoa é determinado pela raça a qual pertence.

Finalmente, é importante dizer que há pessoas que pensam que o racismo é uma simples questão de ignorância, que unicamente a educação poderia resolver. Não é bem assim, pois o racismo é um fenômeno complexo cuja explicação não se reduz à falta de educação e à irracionalidade, embora estas possam interferir. A esse respeito, lembro-me que, nos anos 1950, a UNESCO propôs um programa de difusão dos fatos científicos destinado a fazer desaparecer os preconceitos e práticas de discriminação racial com a participação dos biólogos, antropólogos e demais estudiosos da questão, convencidos de que as causas do racismo eram a buscar somente na ignorância e na irracionalidade. No entanto, a condenação científica, a condenação moral e as inúmeras análises feitas sobre o racismo não o destruíram. O relativo otimismo do antirracismo cognitivo, defendido pela UNESCO, logo se chocou às conclusões das pesquisas conduzidas pelos psicólogos sociais sobre os preconceitos e os estereótipos fortemente influenciados pela visão psicanalítica. O fato de o sujeito preconceituoso recusar-se a admitir os fatos científicos e ficar preso a suas ideias falsas levou pesquisadores em psicologia a emprestar da psicanálise o conceito

de *mecanismo de defesa*, sensatos de dar conta da função psicossocial cumprida pelo preconceito (ou estereótipo). Suponha-se, em todos os casos, que o fundamento real do preconceito racial não deve ser procurado simplesmente na ignorância do sujeito preconceituoso, nem na situação social (concorrência econômica, exploração, etc.), mas antes nos conflitos psíquicos do próprio sujeito. Supõe-se que o preconceito funciona como um sintoma, uma formação do compromisso. O modelo de análise psicopatológico do preconceito teve o mérito de mostrar os limites de uma luta estritamente cognitiva contra o racismo. Mas, ele também tem seus limites como mostra um breve exame da teoria da personalidade autoritária de Adorno e seus colaboradores. Como disse Albert Einstein: “É mais fácil dissolver um átomo do que um preconceito”.

O racismo como fato permanece, mas como doutrina, já está morto. Continuamos sem controle sobre ele, sobre seu desenvolvimento, porque a condenação científica, a condenação moral, porque as inumeráveis análises feitas sobre ele não o destruíram. Aceitar os limites de uma argumentação racional, não significa desesperar, mas sim aceitar, de ver que tudo não é possível. Não se trata de convencer todos os racistas de seus erros e de purifica-los de suas ilusões patológicas, mas sim modestamente de fornecer às mulheres e aos homens de boa vontade a quem falta argumentos, os dados necessários e os elementos de reflexão. Creio que devemos compreender para agir e não dissociar a revolta contra a violência racial da exigência intelectual. E este engajamento intelectual exige uma tomada de consciência coletiva. Creio que é esta consciência coletiva, sem a qual nada podemos mudar individualmente, que nos reúne hoje e continuará a nos reunir com novos recortes sobre essa questão crucial.

O antirracismo não é suficiente, mas é necessário. Por isso, ele deve ser repensado a partir de seus fundamentos e seus objetivos, tendo em vista que o racismo é um fenômeno complexo que resulta de uma multiplicidade de fatores. Ora, a luta contra o racismo tem sido sempre monocausal ou monofatorial: a extrema direita francesa achava que a solução estaria na expulsão dos imigrantes; – a esquerda acredita na revolução redentora que colocaria fim à dominação de classe – a direita brasileira acredita na ideologia de mistura racial e no fim da pobreza; a esquerda na revolução redentora. As duas teorias monocausais da direita e da esquerda tornam a luta contra o racismo indefinível, pois se perde na realização indefinida de verdadeiras causas. Ilusão intelectualista na luta contra o racismo vem do desconhecimento dos limites de uma refutação racional ou da força persuasiva de uma prova factual. As convicções racistas não serão destruídas pela demonstração intelectual dos geneticistas de que a noção de raça não tem fundamento científico, ou que a mestiçagem não é sinônimo de degradação genética, porque jamais uma paixão cede a uma argumentação, por mais irrefutável que possa ser; jamais cede aos fatos, por mais

convincentes que possam ser, pois no espaço das opiniões e crenças, onde se entendem perfeitamente todos os cantos das sereias, a necessidade não se deixa convencer.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MUNANGA, K. **ABC do Racismo**: ou uma alfabetização do racismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2026.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus Identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**, Niterói. v. 5, p. 15-34, 2003.

ⁱ **Kabengele Munanga**

Antropólogo brasileiro, nascido na República Democrática do Congo. Graduiu-se em Antropologia Social e Cultural e concluiu o doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Foi professor titular da USP, além de atuar como docente e pesquisador em instituições nacionais e internacionais. Sua produção acadêmica destaca-se nos estudos sobre racismo, identidade negra, relações étnico-raciais, ações afirmativas e população afro-brasileira.

E-mail: kabe@usp.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0718-6234> |

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7127393102182978>

Disponibilidade de Dados

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis no próprio artigo.

Como citar este artigo pelas normas ABNT e APA:

MUNANGA, Kabengele. O papel da Educação no combate às desigualdades raciais. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 23, p. 1-9, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2026v14n23pen001>

Munanga, K. (2026). O papel da Educação no combate às desigualdades raciais. *@rquivo Brasileiro de Educação*, 14(23), en001. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2026v14n23pen001>